

EÇA, PESSOA E “O ESPLENDOR DE PORTUGAL”

ANA NASCIMENTO PIEDADE
(Univ. Aberta)

113

1. A tentativa de aproximar Eça de Queirós e Fernando Pessoa e, ao mesmo tempo, de discernir o que os separa, é um propósito que me acompanha há já longo tempo e de que tenho procurado ensaiar alguns aspectos.

No preciso âmbito deste Colóquio sobre Literatura e História, interessa-me tentar aproximá-los de novo, em função de uma acentuada preocupação de natureza histórico-política e cultural, que se traduz por incessantes tentativas de compreensão de Portugal e de interpretação dos seus rumos e destino, observáveis em diversos passos das suas obras.

Deste objectivo amplo emerge um outro, mais restrito, que será o propósito desta comunicação, ou seja, enunciar muito brevemente, de entre as múltiplas faces deste magno problema, algumas das que especificamente configuram a imagem crítica que Eça e Pessoa elaboraram, em nome individual e em termos geracionais, sobre o que pode significar ser-português.

2. Os textos em que Pessoa explana as suas ideias e, em particular, aqueles em que aborda tópicos políticos¹ não são, como se sabe, de leitura fácil. Vários são os factores que podem obscurecer a nossa leitura deles. A certo pendor mistificador e um tanto arbitrário e ao cultivo sistemático da ironia e do paradoxo, este último, levado a esse cúmulo inextricável que a conhecida frase «o paradoxo não é meu: sou eu» tão bem documenta, importa acrescentar a célebre disseminação de uma pluralidade de vozes contraditórias. «Toda a opinião é uma tese, – diz-nos o poeta de “Hora Absurda” – e o mundo, à falta de verdade, está cheio de opiniões. Mas a cada opinião compete uma contra-opinião, seja crítica da primeira, seja complementar dela. Na realidade do pensamento humano, essencialmente flutuante e incerto, tanto a opinião primária, como a que lhe é oposta, são em si mesmas instáveis: não há síntese, pois, nas coisas de certeza, senão tese e antítese apenas. Só os deuses, talvez, poderão sintetizar.»².

¹ Para além dos extensos artigos publicados na revista *A Águia* em 1912 sobre “a nova poesia portuguesa” de que existem várias edições, importa considerar, designadamente, os textos reunidos nos três volumes, intitulados, *Sobre Portugal – Introdução ao problema nacional, Da República (1910-1935) e Ultimatum e Páginas de sociologia política*, organizados por Joel Serrão e publicados pelas edições Ática, em Fevereiro de 1979, Outubro de 1979 e Setembro de 1980, respectivamente.

² Fernando Pessoa, *Textos Filosóficos*, I vol., Lisboa, Ática, s/d, pp. 3-4. No mesmo texto, Pessoa escreve ainda: «A estes escritos chamo antíteses porque representam, em sua íntima substância, contra-opiniões, desmascaramentos, desilusão. À certeza com que cada um pensa o que julga que pensa convém opor a certeza com que se pode pensar o contrário, com que se consegue tornar lógico o absurdo.»

Álvaro de Campos é, como se sabe, uma dessas vozes que provocadoramente glosa a 'cena' política, transmutando-a em palco de uma imensa e desenfreada «Histeria das sensações – ora estas, ora as opostas!»³ através das quais se multiplica quer para declarar, «rangendo os dentes»⁴, que «(Um orçamento é tão natural como uma árvore/ E um parlamento tão belo como uma borboleta.)»⁵ quer para proclamar, com decadente e sarcástico entusiasmo (carregado de potencial profético), a 'virtude' de alguns vícios como, «A maravilhosa beleza das corrupções políticas,/ Deliciosos escândalos financeiros e diplomáticos,/ Agressões políticas nas ruas,/ E de vez em quando o cometa dum regicídio/ Que ilumina de Prodígio e Fanfarra os céus/ Usuais e lúcidos da Civilização quotidiana!/ Notícias desmentidas dos jornais,/ Artigos políticos insinceramente sinceros/ [...] Como eu vos amo a todos, a todos, a todos,/ [...]»⁶.

Nem o facto de esta “proliferação heteronímica” pela qual o poeta-crítico e o seu texto se vão incessantemente ‘outrando’, surgir cientemente teorizada, abranda o ‘desassossego’ que os seus juízos, mistura original de rigor lógico e pura intuição poética, frequentemente desconcertantes até à exaustão, não podem deixar de produzir.

Entre muitos exemplos, está um breve excerto de uma nota autobiográfica, em que particularmente avulta o efeito da “coincidência de opostos”⁷ e onde se pode ler: «Ideologia política: considera que o sistema monárquico seria o mais próprio para uma nação organicamente imperial como é Portugal. Considera, ao mesmo tempo, a monarquia completamente inviável em Portugal. Por isso a haver um plebiscito entre regimes, votaria, embora com pena, pela república. Conservador de estilo inglês, i.e, liberal dentro do conservantismo, e absolutamente anti-reaccionário»⁸.

Outro exemplo surge a propósito do seu incerto estatuto de monárquico-republicano ou, talvez melhor, «de nem monárquico nem republicano, que era afinal a condição do próprio país»⁹, a respeito do qual Pessoa escreve: «A alguém que uma vez me interrogou sobre as minhas opiniões políticas, na pressuposição de que eu as tivesse, respondi: Sou monárquico absolutista. E depois acrescentei, com aquela simplicidade própria das ocasiões históricas: É por isso que sou republicano.»¹⁰

Não sendo exaustivos, estes curtos exemplos dão uma ideia de quanto poderá ser inadequado dar «à linguagem política de Pessoa um significado denotativo, remetendo[-a] para um referente exterior à própria lógica poética que lhe é imanente [...]»¹¹. Acresce que esta dificuldade de literalmente aplicar ao domínio referencial as posições políticas pessoais, se amplifica tanto mais quanto muitos dos seus textos ditos políticos não visam definições ou posições políticas em sentido estrito, mas aludem a uma “fraternidade patriótica” de contornos essencialmente despartidarizados, que se consubstancia em função da existência de uma comunidade linguística e evidencia, por outro lado, uma orientação ‘futurante’ e esotérica, profética e messiânica. É que Fernando Pessoa «não se inclina a valorizar a História nacional em si mesma, pelo contrário, tende a reduzi-la a símbolos ou prefigurações, mediante as quais o seu sonho constrói

³ *Fernando Pessoa – Obra Poética*, [OP], Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1977, p. 330.

⁴ OP, p. 306.

⁵ OP, p. 308.

⁶ OP, p. 307.

⁷ Esta ‘*coincidentia oppositorum*’ sustenta a ‘pluralidade das suas linguagens’ constituindo, ao mesmo tempo, «a essência do poético e do político em Fernando Pessoa». José Augusto Seabra, «Poética e política em Fernando Pessoa», in *Persona*, n.º 1, Porto, Centro de Estudos Pessoaanos, Novembro/1977, p. 11.

⁸ João Gaspar Simões, *Vida e Obra de Fernando Pessoa – História de uma Geração*, Lisboa, Bertrand, 1973, pp. 675-676.

⁹ J. A. Seabra, *op. cit.*, p. 13.

¹⁰ Citado por J. A. Seabra, *op. cit.*, p. 13.

¹¹ J. A. Seabra, *op. cit.*, p. 13.

o futuro. [...] O Império realizado apaga-se perante o pressentido, que não será finito mas infinito [...]: 'Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez./Senhor, falta cumprir-se Portugal!' É tão-só em função do futuro que o passado comparece na *Mensagem*.¹²

Mesmo a própria atribuição ao autor de muitas das ideias ou sentimentos que encontramos nos seus escritos, literários ou metaliterários, é igualmente problemática pois, a crer no que afirma, «muitos deles exprimem ideias que não aceit[am] [e] sentimentos que nunca [e]ve. Há simplesmente que os ler como estão, que é aliás como se deve ler.»¹³

Em suma, muito para lá do brilho paradoxal da superfície que abriga as suas *boutades*, Pessoa remete-nos, sem concessões, para o árduo esforço de uma autognose – sua e nossa – na qual, o valor da dúvida, da perplexidade e da incerteza, constitui uma espécie de motor negativo que nos alerta ‘contra a interpretação’ ou, se se preferir, para a misteriosa complexidade das coisas¹⁴ e para a inexistência da verdade enquanto mero ‘dado’ – a possuir. Quanto mais não seja porque, conforme nos diz, «o homem de inteligência superior não tem melhores elementos para descobrir a verdade do que o mais fechado dos idiotas. O que tem é melhores elementos para compreender porque é que ela se não pode descobrir.»¹⁵

3. Em muitos dos textos em que Eça de Queirós tece considerações políticas, não obstante a deformação caricatural imposta pelo humor e, sobretudo, pela sátira que em alguns deles predomina, e, para além daquela «*verve* [que] se nos transmite aos músculos», como disse António Sérgio¹⁶, sobressai um tom equilibrado e justo (no duplo sentido da palavra) que, diferentemente do que acontece com boa parte dos escritos pessoanos, se aplica a observar e a analisar uma efectiva conjuntura referencial.

É de facto «um Portugal realmente presente que [Eça] interroga e o interpela. É a sua província, a sua capital, os seus pasmosos habitantes, os costumes, os sonhos medíocres hipertrofiados, a inenarrável pretensão de tudo quanto é ou parece ser ‘gente’ num país sem termos de comparação que possam equilibrar essa doce paranóia de grandezas engendradas a meias pelo tédio e pela falta de imaginação, que Eça *pinta*, caricaturalmente sem dúvida, mas para melhor reduzir a massa confusa do detalhe proliferante *à sua verdade palpável*.¹⁷

Basta aproximar, por exemplo, os dois textos que Eça e Pessoa dedicam a um mesmo acontecimento histórico – o *Ultimatum*, para se ter uma imediata noção disto mesmo assim como de todo o imenso universo mental, rico em implicações ao nível filosófico, existencial e, por conseguinte, estético e literário, que preenche a distância temporal que também separa estes dois criadores.

No entanto, a simplicidade requintada e límpida que o estilo mágico do autor de *A Cidade e as Serras* irradia, produzindo a ilusória impressão de que lemos algo espontâneo e naturalmente fácil¹⁸, poderá distrair-nos da subtil complexidade semântica do enunciado eciano, causada, entre outras razões, por uma pluralidade intencional

¹² Jacinto do Prado Coelho, «O nacionalismo utópico de Fernando Pessoa», in *A Letra e o Leitor*, Lisboa, Moraes, 1977, pp. 200-201.

¹³ Citado por J. A. Seabra, *op. cit.*, p. 12.

¹⁴ Aquilo a que Pessoa chama «uma fundamental ideia metafísica», i.e., «por onde passa, ainda que como um vento, uma noção da gravidade e do mistério da Vida». Cf. *Cartas a Armando Cortes-Rodrigues*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985, p. 46.

¹⁵ *Obras de Fernando Pessoa*, vol. III, Porto, Lello & Irmão, 1986, p. 298.

¹⁶ *Ensaaios*, tomo VI, Lisboa, Sá da Costa, 1980, p. 57: «Há trechos cuja *verve* se nos transmite aos músculos, por que assim digamos; de palpitação jovialíssima, que nos não sai da mente».

¹⁷ Eduardo Lourenço, «Da Literatura como interpretação de Portugal (De Garrett a Fernando Pessoa)», in *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Dom Quixote, 1988, p. 95, itálico do texto e meu.

¹⁸ Cf. Guerra da Cal, *Língua e Estilo de Eça de Queiroz*, Coimbra, Almedina, 1981, p. 371.

de registos e de tons, a que se associa uma concentração de indícios e de símbolos e um uso habilmente multifacetado da ironia, exigindo decifração.

É neste preciso âmbito que me parece produtivo situar e sublinhar a influência da marcada índole de artista de Eça, a cuja especificidade se pode atribuir o sentido amplo com que Pessoa definiu o ser-artista, ou seja, como esse «tipo de homem superior [...] que não resolve a dualidade que o constitui superior em unidade; resolve-a porém em equilíbrio. Ser artista provém de ter em igual desenvolvimento a atenção que está virada para o mundo e a vida, e a atenção que está virada para a inteligência; de ser solicitado igualmente pela matéria e pelo espírito [...]»¹⁹.

Importa igualmente ter em conta que este ser-artista levou Eça a manter-se – tal como Fradique – «sensualmente enterrado na idolatria da forma»²⁰, tudo lhe servindo, no fundo, de pretexto para matéria ficcional e para que pudesse «descobrir, com mais paixão do que a sua ironia de superfície o deixa supor, a face autêntica de uma pátria que talvez ninguém tenha tão amado e detestado.»²¹.

Seria no entanto inexacto, com base na referida atracção pelo «extremo requinte da forma», entender a obra eciana apenas como «jogo de pura arte»²² não sublinhando, por conseguinte, a importância política da incisiva (e inesquecível) imagem que Eça nos legou da sociedade portuguesa. Como definiu lapidarmente Eduardo Lourenço, «de todas as interpretações da realidade nacional feitas pela geração de 70 – e acaso do século e de sempre, [...] a mais complexa, a mais obsessiva, ardente, fina e ao fim e ao cabo a mais bem sucedida, por mais adequada transposição mítica, sentido da realidade e criação de imagens e arquétipos ainda de pé, é sem dúvida a de Eça de Queirós.»²³.

Um bom exemplo entre muitos possíveis, é uma primorosa carta em que, cumprindo a incumbência de traçar o perfil de Ramalho Ortigão²⁴, Eça, apesar de usualmente avaro no que respeita a notações autobiográficas se revela de modo substancial.

Começa por vaticinar, com impressionante clarividência, que a república, «feita primeiro pelos partidos constitucionais dissidentes, e refeita depois pelos partidos jacobinos, que, tendo vivido fora do poder e do seu maquinismo, a tomam como uma carreira, seria em Portugal uma ballbúrdia sanguinolenta». Mudando logo a seguir e subitamente de registo, Eça, abre parêntesis e acrescenta: «(Peço desculpa à nobreza e ao povo, se estou dizendo barbaridades: sou um simples artista, a minha crítica política é medíocre. Constitucionais, socialistas, migueleiros e jacobinos, de resto, para mim, como romancista, são todos produtos sociais, bons para a Arte, quando são típicos, todos igualmente explicáveis, todos igualmente interessantes. O dever do artista é estudá-los, como o botânico estuda as plantas, sem se importar que seja a beladona ou a batata, que envenene ou nutra.)»²⁵.

Após esta espécie de declaração de princípio com que astutamente iliba a sua crítica do seu próprio efeito contundente, Eça ‘retorna à carga’, visando agora o «abuso do tropo», esse «desordenado fluxo labial» que sempre foi um dos seus alvos predilectos partilhado, aliás, por antecipação com o poeta de «Tabacaria», autor também de várias invectivas com que nos presenteia por sermos «incoerentes», «verbosos», «maldicentes por impotência», um «agregado humano» «essencialmente descontínuo na vontade e

¹⁹ *Obras de Fernando Pessoa*, vol. II, Porto, Lello & Irmão, 1986, pp. 257-258.

²⁰ Eça de Queirós, *A Correspondência de Fradique Mendes*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d, p. 12.

²¹ Eduardo Lourenço, *op. cit.*, p. 95.

²² Como de resto foi feito por algumas leituras não inocentes. Cf. a este respeito o que diz António Sérgio em *Ensaio*, tomo III, edição citada, pp. 130-136.

²³ *Op. cit.*, p. 95.

²⁴ «Ramalho ortigão (Carta a Joaquim de Araújo)», in *Notas Contemporâneas*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d, pp. 22-41.

²⁵ *Ibid.*, p. 33.

retórico na expressão», em suma, «um grande povo de heróis adiados», quer dizer, «capaz de tudo logo que não lhe exijam que o seja»²⁶.

«O que Ramalho mais tem odiado e invectivado na política – sublinha Eça, transpondo para o Ramalhal amigo as suas próprias opiniões – é a retórica: é o que o exaspera no constitucionalismo: e a prodigiosa caricatura que tem feito da retórica parlamentar, da retórica ministerial, da retórica régia, da retórica burocrática, é que lhe tem dado a reputação republicana. [...] Se o sistema trabalhasse praticamente, em lugar de perorar com furor, estou convencido que Ramalho não o importunaria: ele supõe, creio, que o que há de mais urgente, certas reformas sociais, pedagógicas, económicas, poderiam bem fazer-se dentro do sistema, se os tropos não tomassem todo o lugar das ideias». Por fim, não resiste a exemplificar deliciosamente: «Tenho visto imagens, lirismos, figuras, terem uma vitalidade que desconcerta, aterra a imaginação do homem simples. Esta frase por exemplo: *o nosso programa é ordem e moralidade* – tem resistido a tudo o que Ramalho lhe tem aplicado – a injúria, a moca, o veneno, a maldição, a apóstrofe, a súplica, o murro, o nitrato de prata – tudo! De que substância [será] feita?»²⁷

4. Tãmanha ênfase justificar-se-á plenamente se for entendida enquanto reverso indissociável desse grande amor por Portugal que ambos, de modos diferentes, demonstraram ter. Neste particular, o que desde logo poderá contribuir para os aproximar é uma semelhante feição ampla, que os dois imprimiram a esse seu poliédrico sentimento patriótico e que o purificou de interferências tradicionalistas ou nacionalistas mais ou menos exacerbadas, assim como não impediu que, tanto um como o outro, tenham perspectivado lucidamente a adequada dimensão dos problemas portugueses relativamente ao resto do mundo.

Assim, enquanto numa carta de 1894, denunciando o contributo nulo do Tradicionalismo representado por Alberto d'Oliveira para aquela «renovação moral que Portugal necessita[va]», Eça sublinha que «o dever dos homens de inteligência, num país abatido, tem de ser mais largo do que reconstruir em papel o Castelo de Lanhoso ou chamar as almas a que venham escutar os rouxinóis do Choupal de Coimbra»²⁸, Pessoa dirá, por sua vez, numa entrevista dada à *Revista Portuguesa* em 1923: «amar a nossa terra não é gostar do nosso quintal. E isto de quintal também tem interpretações. O meu quintal em Lisboa está ao mesmo tempo em Lisboa, em Portugal e na Europa. O bom regionalismo é amá-lo por ele estar na Europa. Mas quando chego a este regionalismo, sou já português e já não penso no meu quintal.»²⁹

Quanto a Eça, o seu amor por Portugal não escapou, como se sugeriu já, à forte dose de ambivalência que usualmente estrutura os grandes afectos. Por um lado, a incessante projecção desse hedonismo voluptuoso, tipicamente eciano, perante «os pratos veneráveis do Portugal português, o pato com macarrão do séc. XVIII, a almôndega indigesta e divina do tempo das Descobertas», ou esse maravilhoso «prato com-

²⁶ Fernando Pessoa, *Sobre Portugal – Introdução ao problema nacional*, introd. e org. Joel Serrão, Lisboa, Ática, 1978, p. 79.

²⁷ *Op. cit.*, pp. 33-34.

²⁸ Eça de Queirós, *Correspondência*, 2.º vol, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, p. 327. A carta é toda ela um primor de superior insídia, subtil e irónica, como por exemplo neste passo: «Quando se possui um tão belo instrumento. deve-se tocar uma ária mais larga e mais profunda que a do neomedievalismo e do neotrovadorismo. E, a propósito, o que é o Neogarretismo? Estou com muita curiosidade de saber a que nova concepção do Universo, ou a que novo método científico, ou a que feito original do espírito crítico, deu o seu grande nome o mestre genial do Frei Luis de Sousa. Se o Neogarretismo é um sistema que nos habilitará, a todos, a fazer com facilidade Frei Luíses de Sousa e Autos de Gil Vicente, então por Júpiter! Sejamos todos neogarretistas com fervente entusiasmo!» (*Ibid.*, pp. 327-328).

²⁹ *Obras de Fernando Pessoa*, vol. III, p. 702.

plicado e profundo de bacalhau, pimentos e grão-de-bico» a que Fradique se atirava com vernácula paixão³⁰.

Mas, por outro lado, a «detestação virulenta, quase ressentida»³¹ pela 'in-Civilização' da pátria a todos os níveis, sobretudo a causada pela «ignorância crassa, fradesca»³² ou pelo «marasmo ignóbil das letras portuguesas»³³ e, acima de tudo, por essa proverbial «passividade lusa» graças à qual «todos, intelectualmente, são carneiros, trilhando o mesmo trilho, balando o mesmo balido, com o focinho pendido para a poeira onde pisam, em fila, as pegadas pisadas [...]»³⁴.

Num texto publicado na *Gazeta de Notícias* do Rio que lhe valerá um violento ataque por parte de Pinheiro Chagas – 'sempre esse homem fatal' – pela sua «irritada descompustura na pátria para um jornal brasileiro»³⁵, Eça desabafa:

«Eu não reclamo que o país escreva livros, ou que faça artes: contentar-me-ia que lesse os livros que já estão escritos, e que se interessasse pelas artes que já estão criadas. A sua esterilidade assusta-me menos que o seu indiferentismo. O doloroso espectáculo é vê-lo zazer no marasmo, sem vida intelectual, alheio a toda a ideia nova, hostil a toda a originalidade, crasso e mazorro, amuado ao seu canto, com os pés ao sol, o cigarro nos dedos e a boca às moscas... É isto que punge.»³⁶.

Ainda sobre a irremissível falta de iniciativa portuguesa e a propósito do fundo contraste que Eça afirma existir entre a literatura da França que «é, desde Rabelais até Hugo, social, activa [e] militante» e a literatura lusa que caracteriza como sendo «por tradição e instinto, idílica e contemplativa», o escritor afirma: «Nós somos realmente o povo que se compraz em estar quieto entre os choupais, a ver correr as águas meigas, pensando em coisas saudosas. Fomos à Índia, é verdade, mas quase três séculos são passados, e ainda estamos descansando, derreados, desse violento esforço a que nos obrigaram alguns aventureiros que tinham pouco do fundo da nossa raça, e que, a julgar por Afonso de Albuquerque, deviam ser de origem fenícia, puros cartagineses, talvez da família dos Barcas.»³⁷.

Também uma parte essencial da «ideia patriótica» em Pessoa se projecta numa acesa crítica a este «mortal torpor», tão funestamente presente ao longo do nosso agir histórico e porventura causado por esse excessivo «predomínio da imaginação sobre a inteligência» que, segundo ambos, caracterizava o «fundo do carácter nacional».

Na verdade, o poeta-«indisciplinador de almas», para quem «ser intensamente patriota é [...] valorizar em nós o indivíduo que somos», protesta contra o que chama «a mais irritante feição de alma que caracteriza o povo português», ou seja, «o seu excesso de disciplina». «Tão regrada, regular e organizada é a vida social portuguesa – escreve Pessoa – que mais parece que somos um exército que uma nação de gente com existências individuais. Nunca o português tem uma acção sua, quebrando com o meio, virando as costas ao vizinho. Age sempre em grupo, sente sempre em grupo, pensa sempre em grupo. Está sempre à espera dos outros para tudo»³⁸.

³⁰ *A Correspondência de Fradique Mendes*, p. 81.

³¹ Eduardo Lourenço, *op. cit.*, p. 95.

³² *Notas Contemporâneas*, p. 30. Sintonzando de modo perfeito com Eça, Pessoa dirá: «Produto de dois séculos de falsa educação fradesca e jesuítica, seguidos de um século de pseudo-educação confusa, somos as vítimas individuais de uma prolongada servidão colectiva». (*Obras de Fernando Pessoa*, vol. III, p. 566).

³³ *Notas Contemporâneas*, p. 31.

³⁴ Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d, pp. 87-88.

³⁵ *Polémica Eça de Queiroz – Pinheiro Chagas "Brasil e Portugal"*, pref. e org. A. Campos Matos, Lisboa, Parceria A.M. Pereira, 2001, p. 48.

³⁶ «Um artigo do Times sobre o Brasil», *ibidem*, p. 35.

³⁷ «O 'Francesismo'», in *Cartas e Outros Escritos*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d, p. 336.

³⁸ Fernando Pessoa, *Sobre Portugal – Introdução ao problema nacional*, p. 75.

E no decadente poema «Opiário», parecendo dialogar com o criador de Fradique Mendes numa espécie de sintonia que seria perfeita não fosse o desnível que se verifica relativamente ao abstracto cultural e ontológico que enquadra a mundividência de cada um, Pessoa ironiza (e minimiza), de modo desdenhoso e *blasé*, o ‘velho’ anseio das Descobertas, começando logo por re-situá-lo «[n]um Oriente ao oriente do Oriente» e afirmando: «Eu acho que não vale a pena ter/ Ido ao Oriente e visto a Índia e a China./ A terra é semelhante e pequenina/ E há só uma maneira de viver./ Por isso eu tomo ópio. É um remédio./ Sou um convalescente do Momento./ Moro no rés-do-chão do pensamento/ E ver passar a Vida faz-me tédio./ [...] Pertença a um género de portugueses/ Que depois de estar a Índia descoberta/ Ficaram sem trabalho. A morte é certa./ Tenho pensado nisto muitas vezes.»³⁹.

Outro aspecto, estreitamente ligado aos anteriores, em que a leitura crítica do “esplendor de Portugal” é em Eça e Pessoa coincidente, centra-se no provincianismo da nossa cultura, designadamente o que é motivado pela importação cultural do «veneno francês», entre outros «remedos da civilização europeia», sobretudo quando feito sob a forma de uma «inâbil, descomedida e papalva imitação de Paris»⁴⁰ e, mais genericamente, de tudo quanto nos é alheio.

Para Eça, esta questão da não criatividade lusa consubstancia-se de modo principal em torno do seu reiterado antifrancesismo, emblematicamente formulado na conhecida acusação relativa a Portugal ser (e ter permanecido), servilmente, «um país traduzido do francês em calão»⁴¹. Trata-se, como foi já notado, de uma questão tanto mais delicada quanto este francesismo tipicamente português, vituperado por Fradique como «salóia macaqueação», não deixa de coincidir, ainda que apenas em parte, com esse nunca inteiramente superado francesismo de Eça, «em vão denunciado do seu próprio interior, num movimento de autopunição irónica e séria»⁴².

No texto intitulado «Francesismo» em que aborda o tema, Eça afirma nomeadamente: «Tenho sido acusado com azedume, nos periódicos, ou naqueles bocados de papel impressos, que em Portugal passam por Periódicos, de ser *estrangeirado*, *afrancesado*, e de concorrer, pela pena e pelo exemplo, para *desportuguesar Portugal*. Pois é um desses erros de salão, em que tão fértil é a frivolidade meridional. Em lugar de ser culpado da nossa desnacionalização, eu fui uma das melancólicas obras dela.». E depois de traçar de modo risonho e autobiográfico a história desse ambivalente ascendente com que a *griffe* francesa marcou o seu tempo, o autor de *Os Maias* conclui ser tarefa impossível ter escapado à poderosa influência do «galo petulante e lustroso que canta claro, com uma limpidez de clarim»⁴³ uma vez que a geração que representa «cresceu, entrou na política, nos negócios, nas letras, e por toda a parte levou o seu francesismo de educação, espalhou-o nos livros, nas leis, nas indústrias, nos costumes, e tornou este velho Portugal de D. João VI uma cópia da França, malfeita e grosseira.»⁴⁴.

Já Pessoa, tendo sido “educado à inglesa e em inglês”, adquire uma formação cultural privilegiada que lhe permite posicionar-se com mais genuína desenvoltura cosmopolita, à margem desse orgânico francesismo que sempre terá modelado a cultura lusitana.

Isto não significa que o poeta não conteste, por exemplo, «os princípios em que assenta esta cousa a que se chama a República portuguesa» por serem «tudo menos nacionais», ou seja, «franceses»⁴⁵, ou que não proteste contra «o funesto hábito dos juízos ligeiros»⁴⁶ e contra essa imutável fixação do espírito lusitano na “bela frase” em detri-

³⁹ OP, pp. 301-303-304.

⁴⁰ *A Correspondência de Fradique Mendes*, p. 80.

⁴¹ «O ‘Francesismo’», p. 322.

⁴² Eduardo Lourenço, *op. cit.*, p. 107.

⁴³ «O ‘Francesismo’», p. 336.

⁴⁴ *Ibid.*, pp. 330-331.

⁴⁵ *Obras de Fernando Pessoa*, vol. III, p. 569.

⁴⁶ Como dizia Fradique.

mento da “noção exacta”, como quando se interroga, com uma veemência muito idêntica à de Eça: «Que ideias gerais temos? As que vamos buscar ao estrangeiro. Nem as vamos buscar aos movimentos filosóficos profundos do estrangeiro; vamos buscá-las à superfície, ao jornalismo de ideias. E assim as ideias que adoptamos, sem alteração nem crítica, são ou velhas ou superficiais.»⁴⁷

Mas o intrínseco cosmopolitismo pessoano, entendido como “disponibilidade camaleónica” para ser tudo de todas as maneiras, para além de fundamentar decisivamente a estética (sensacionista) de «Orpheu», constitui também uma noção-chave a partir da qual o poeta de *Mensagem*, estabelecendo uma associação explícita entre vocação poética e missão patriótica, designadamente em citadas cartas a Armando Cortes-Rodrigues, ultrapassará o diagnóstico de provincianismo por si mesmo aplicado àquilo a que chama “o caso mental português”.

Assim, como afirma naquele seu modo típico, é justamente por ser «essencialmente cosmopolita» que «nunca um verdadeiro português foi português: foi sempre tudo. [...] Para os outros povos, na sua totalidade eles próprios, o desnacionalizar-se é o perder-se. Para nós, que não somos nacionais, o desnacionalizar-se é o encontrar-se [...]. Por arte portuguesa deve entender-se uma arte de Portugal que nada tenha de português, por nem sequer imitar o estrangeiro. Ser português no sentido decente da palavra é ser europeu sem a má-criação da nacionalidade»⁴⁸.

É através deste querer-ser-europeu que se afirma trans-nacionalista e cosmopolita, que o nosso proverbial «complexo de inferioridade anímico»⁴⁹ motivado, entre outras causas, por essa obsessão do comparativismo com as «três grandes nações pensantes»⁵⁰ da Europa civilizada que atormentou Eça e a sua geração, será substancialmente subvertido e, nessa medida, superado – pelo menos em termos mentais – por Pessoa e o «Orpheu», nomeadamente pela invenção de um patriotismo-outro, renovador e agressivo, que contém em si uma dimensão futurante e auto-afirma «o fim criador-de-civilização de toda a obra artística»⁵¹.

É assim que «Orpheu», geração já europeizada ou, pelo menos, proclamando-se como se (o fosse), transmuda simbolicamente o horizonte da “ostensiva relação negativa com Portugal” iniciada pelos de 70, em função de uma incondicional abertura à universalidade, meta radicalmente mais ampla – ainda que situada na “esfera do impossível” a que principalmente aspiram – que a da ambição de nivelamento de Portugal relativamente à “continentalidade civilizacional”. A atenção dos órficos desloca-se do Portugal-presente e da sua realidade concreta para a realidade imaterial e simbólica do Portugal-futuro. Por outras palavras, «[...] não é a realidade portuguesa do passado ou do presente que interessa a Fernando Pessoa, mas Portugal como virtualidade, como promessa.»⁵². Por isso diz: «Querer ser português é pouco para portugueses [...] O que a nós verdadeiramente nos caracteriza e define é, não o imperialismo universalista, mas o universalismo imperialista. Éramos essencialmente navegadores e descobridores, e só derivada e corolariamente homens de conquista e de colonização»⁵³.

⁴⁷ *Sobre Portugal – Introdução ao problema nacional*, p. 85.

⁴⁸ Citado por Jacinto do Prado Coelho, *op. cit.*, p. 204.

⁴⁹ Eduardo Lourenço, *op. cit.*, p. 100.

⁵⁰ O que não impede Eça de inúmeras vezes criticar a produção cultural excessiva e, por conseguinte, pouco criteriosa ou inautenticamente criativa da Alemanha, da França e da Inglaterra.

⁵¹ *Cartas a Armando Cortes-Rodrigues*, p. 45. «Não somos portugueses que escrevem para portugueses – proclama ousadamente o poeta-teorizador de «Orpheu» – [...] somos portugueses que escrevem para a Europa, para toda a civilização; nada somos por enquanto, mas aquilo que agora fazemos será um dia universalmente conhecido e reconhecido. [...] Não pode ser de outra maneira, realizamos condições sociológicas cujo resultado é inevitavelmente esse. Afastamo-nos de Camões, de todos os absurdos enfadonhos da tradição portuguesa e avançamos para o futuro.» (*Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*, Lisboa, Ática, s/d, pp. 121-122).

⁵² Jacinto do Prado Coelho, *op. cit.*, p. 200.

⁵³ *Pessoa Inédito*, coord. de Teresa Rita Lopes, Lisboa, Livros Horizonte, 1993, p. 231.